

O perde e ganha no jogo do PDOT

Recurso contra veto ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial não deve ser julgado antes do fim do governo Cristovam

Ana Júlia Pinheiro
Da equipe do Correio

Quatro dias de discussões, votação de seis vetos e muita baixaria na semana em que os deputados distritais decidiram o destino do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). O jogo acabou em 5 a 1: um veto mantido e cinco derrubados. Mas é cedo para saber quem venceu a disputa.

A briga entre o governo de Cristovam Buarque (PT) e a oposição continua.

Sete deputados do PMDB entram com medidas judiciais contra o veto sobrevivente, aquele que afeta a Fazenda Santa Prisca, propriedade do deputado Luiz Estevão (PMDB), líder da oposição. O governo, por sua vez, já esperava a derrubada dos outros cinco vetos porque seus aliados avisaram que

não abririam mão desses pontos do plano diretor.

O PDOT é um projeto preparado pelo governo e submetido ao Legislativo. Em maio do ano passado chegou à Câmara e passou sete meses entre ajustes e emendas dos deputados.

A versão atual tem 94 artigos e uma infinidade de parágrafos, incisos e mapas. Traça como a terra do Distrito Federal deverá ser ocupada nos próximos 12 anos. Indica desde locais apropriados para atividades econômicas até como devem crescer as cidades.

SANTA PRISCA

Um vetinho só fez a confusão. Cristovam vetou a possibilidade de

a região ao sul da BR-251 (Brasília-Unaf), em Santa Maria, vir a ser uma Zona Urbana de Dinamização — com vocação para abrigar cidades de grande porte. Isso contraria o empresário e deputado Luiz Estevão (PMDB), dono de 3,8 mil hectares na área, a fazenda Santa Prisca. O grupo OK, capitaneado por Estevão, planejava construir por lá a Oklândia, cidade com prédios de até dez andares.

Estevão arranjou os 13 votos que precisava para derrubar o veto. A presidente da Câmara, deputada Lúcia Carvalho (PT), anulou a votação porque o regimento interno proíbe o parlamentar de votar em matéria do próprio interesse. Aborrecidos, os devotos de Santa Prisca

abandonaram o plenário. Não houve *quorum* para nova votação.

Terça-feira, novo adiamento. Para que houvesse votação faltavam dois deputados para formar o grupo mínimo de 13 parlamentares em plenário. Enquanto isso, 1.868 projetos esperavam pelo fim do impasse para entrar na pauta de votação. Pelas regras da Câmara, não se podia votar mais nada antes da apreciação dos vetos ao PDOT.

A sessão de quarta-feira só foi possível porque cinco aliados de Estevão aceitaram participar. O governo ganhou a briga com nove votos favoráveis ao veto e sete abstenções.

Os peemedebistas entraram com mandados de segurança pedindo que a Justiça invalide a decisão da

presidente da Câmara. “Não acredito que o Judiciário vá interferir em questões do Legislativo”, diz o líder do governo na Câmara, deputado Geraldo Magela (PT).

A briga no Judiciário pode consumir os dois anos que restam do governo Cristovam porque os deputados não pediram liminar — decisão mais rápida e provisória dos juizes. Querem arrastar a pendenga até se saber quem será o próximo inquilino do Palácio Buriti.

Sem outra opção, o governo enviará à Câmara novo projeto de lei complementar com a destinação da área ao sul da BR-251. “Quero ver onde vão arranjar os 13 votos para aprovar a proposta”, desafia Luiz Estevão.

VETOS QUE CAÍRAM

O QUE MUDOU	COMO FICOU O TEXTO	VOTOS
Artigo 19, parágrafo 5º	Legaliza parcelamentos com características urbanas (menos de dois hectares por lote) em núcleos rurais, vilas e colônias agrícolas	17 Não / 4 Sim / 3 ausentes
Artigo 22, incisos V e inciso VI	A infra-estrutura (água, esgoto e pavimentação) dos condomínios regularizáveis deve ser custeada pelo empreendedor ou associação de moradores. Projetos precisarão estar de acordo com os Planos Diretores Locais (PDL's) de cada cidade	12 Não / 2 Sim / 2 Abstenções / 1 ausente
Artigo 31, parágrafo 6º	Posseiros e ocupantes de terras da Zoobotânica, pelo contrato de concessão de uso, poderão comprar os terrenos. A Terracap se incumbiria de realizar a venda	16 Não / 3 Sim / 3 ausentes
Artigo 78	Assim como o Executivo, os deputados terão o direito de sugerir mudança no padrão de construção dos prédios por meio de projeto de lei ordinária. Para aprovar sua proposta, são necessários 13 votos favoráveis em plenário	18 Não / 3 Sim / 3 ausentes

RETROSPECTIVA DAS BAIXARIAS

Semana de temperatura máxima

Cristine Gentil
Da equipe do Correio

Dida Sampaio 22.11.93



Deniel Pacheco: no veto mais polêmico, deputado diz que se absteve de votar

Foram quatro dias de discursos inflamados, brigas em plenário, acusações entre o governo e os deputados. Aconteceu quase tudo nos dias em que o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, vulgo PDOT, estava na pauta de votação da Câmara Legislativa. Nada que não pudesse ser resolvido com um tapinha nas costas ou uma conversa no cantinho do plenário. Confira os momentos picantes da votação.

TRAPALHADAS E INSULTOS

Segunda-feira foi o grande dia para o governo e oposição. Galeria e auditório lotados de moradores da Estrutural e militantes petistas. Dentro e fora do plenário, a troca de insultos corria solta. No centro dos debates, o veto ao parágrafo 1º do artigo 19 do PDOT, que incluía a Fazenda Santa Prisca, do deputado Luiz Estevão, como área de dinamização urbana. No resultado da votação secreta, aparecem duas abstenções. Os deputados Deniel Pacheco, Cláudio Monteiro e Luiz Estevão declaram-se donos dos votos nulos. Um deles mentiu. A presidente da Casa, deputada Lúcia Carvalho, anula a votação. O PMDB recusa-se a votar de novo e retira o quorum. A disputa vai parar na Justiça.

A MANOBRA DO PMDB

Eram 15 horas em ponto da terça-feira quando o deputado Daniel Marques (PMDB), suplente da Mesa Diretora, sentou-se na cadeira da presidente da Casa, deputada Lúcia Carvalho. Em menos de cinco minutos, Daniel abriu a sessão e acatou o requerimento do seu companheiro de partido, deputado Benício Tavares, pedindo a revalidação da primeira votação do PDOT, que deu ganho de causa à oposição. Um detalhe: Lúcia estava nas costas de Daniel, pedindo para assumir a presidência. Ao denunciar a manobra, Lúcia recebeu a irônica resposta: “Senhora presidente, eu só enxergo pra frente. Não tenho espelho para constatar que estava nas minhas costas”. Risinhos peemedebistas ecoaram no plenário. No dia seguinte, Lúcia chegou antes das 15h.

ENGOLINDO SAPOS

Na terça-feira, Lúcia Carvalho tornou-se uma profissional na tarefa de engolir sapos. Depois de

Daniel Marques ignorar a sua presença, o deputado Odilon Aires (PMDB) disse que ela não tinha postura para ser presidente da Casa. Ao pedir a intervenção do presidente da Comissão de Ética, deputado Jorge Cahuy (PMDB), saiu-se com essa pérola: “Não posso fazer nada porque o código de ética não foi regulamentado”. Odilon completou o desacato: “Será que o presidente da Casa ainda é o deputado Geraldo Magela (PT)?”. Mais risos.

SOBROU PARA A GALERA

Na quarta-feira, os invasores da Estrutural voltaram a ocupar a galeria para demonstrar toda a insatisfação deles com quem votou pela manutenção do veto do governador ao parágrafo que trata da Fazenda Santa Prisca. O deputado César Lacerda (PTB), aliado do governo nesse projeto, não resistiu às vaias. “Eu sei porque votei a favor do veto. Votei pela minha cidade. Mas, e vocês, sabem porque estão aqui? Eu sei!”, dizia, enquanto roçava o dedo polegar com o indicador, gesto que simboliza dinheiro. Provocou ainda mais a ira da platéia quando sacou do bolso uma nota de R\$ 10 e balançou ao vento. A galera da Estrutural também sacudia suas cédulas. Nove seguranças e um vidro separavam os dois lados. Sorte do deputado.

O PROFESSOR E O EMPRESÁRIO

Começou com Caetano Veloso e descambou para a grosseria. Foi assim o diálogo travado da tribuna, na terça-feira, entre Luiz Estevão (PMDB) e Antonio Cafu (PT). “Tem uma música que diz assim: a força da grana que ergue e destrói coisas belas”, anunciou Cafu. Passional, aumentava o tom de voz à medida

que insinuava que o dinheiro era o principal motor das negociações em torno do PDOT. “Há algo de podre no ar. A Santa Prisca é um balcão de negociações, uma mala de moedas que está começando a rolar aqui dentro. Eu ousou tocar nisso. Preste atenção, dono do grupo (OK), a cidade é maior. Pare de pensar no cheque e pense nos pobres.” O dono do grupo, deputado Luiz Estevão, não demorou a dar o troco: “Se há algo podre no ar, é você, que tem um caráter dissimulado. Eu jamais votaria em você para qualquer coisa nesta Casa, mas recebi seu voto para o cargo que ocupo hoje como vice-presidente. Quer dizer que deu o seu voto por força do dinheiro?”.

DIÁLOGOS SUSPEITOS

A troca de insultos continuou na quarta-feira. Do deputado Marcos Arruda para César Lacerda (PTB) e Deniel Pacheco (PSDB): “Vocês não devem entender de Geografia senão veriam que aquela área (da Fazenda Santa Prisca) é urbana”.

Resposta de Deniel Pacheco: “Realmente não conheço muito de Geografia porque não costumo cruzar os céus em aviões particulares. Só viajo para lugares até onde os meus recursos podem pagar”.

De novo, Marcos Arruda: “Vocês deveriam explicar porque votaram com a oposição na primeira votação do PDOT”.

O troco de César Lacerda: “Errar é humano. Permanecer no erro é desumano e monstruoso. Eu mudo meu voto sem ter cargo no governo. Mas se tivesse cargo como você (Arruda indicou a irmã, Rossana Celes-tin, para ocupar a Administração do Núcleo Bandeirante), não trairia o governo”.

Marcos Arruda sussurrou: “Com a graça de Deus você é rico, César”.